
Fernanda da Silva Rodrigues Rossi
Bacharel em História pela
Universidade de São Paulo (FFLCH/
USP – São Paulo/Brasil)
e-mail: fesr@usp.br

ANJOS, João Alfredo dos.

José Bonifácio: primeiro Chanceler do Brasil.

Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 424p.

A política externa empreendida pelo ministério de José Bonifácio é o foco deste livro do diplomata e mestre em História João Alfredo dos Anjos, oriundo de sua tese defendida em 2007 no LII Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Segundo seu autor, trata-se de uma nova abordagem da gestão ministerial de Andrada, valorizadora da sua política externa, já que, por um lado, a historiografia, de um modo geral, se concentraria em sua política interna e, por outro, a diplomacia não valorizaria sua influência em seus sucessores e a atualidade de suas idéias e preocupações.

Na "Introdução", João Alfredo dos Anjos apresenta José Bonifácio como o fundador da política externa brasileira por estabelecer as primeiras relações de cooperação do Império com outros países, destacando os contatos e missões ao Rio da Prata (Buenos Aires), local marcado por grandes rixas políticas por conta do Carlotismo e da questão da Cisplatina. Enfatiza que toda a política externa do ministro fora pautada pela preocupação em preservar a autonomia decisória do Estado Brasileiro em relação aos centros internacionais de poder, sendo, desde o início, contrário a demasiadas concessões e acordos prejudiciais, inclusive no que tange ao reconhecimento diplomático da Independência do Brasil, o qual julgava inevitável. Ainda neste capítulo, após uma sucinta, porém, detalhada biografia do ministro, o autor principia uma breve discussão sobre o papel político e histórico de Bonifácio a partir da visão de alguns estudiosos da história política brasileira e também diplomática – entre eles Caio Prado Jr., Raymundo Faoro, Emília Viotti da Costa, Florestan Fernandes, Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos, Amado Cervo e Clodoaldo Bueno –, atentando para o fato de que, no meio diplomático, a importância dada à sua política externa é secundária diante da interna.

Ao contextualizar o período do ministério de José Bonifácio no capítulo "O cenário internacional na época da Independência do Brasil", dos Anjos descreve a situação européia, mencionando diretamente os Congressos pós-Viena e a Santa Aliança, a situação francesa e estado-unidense, as revoluções burguesas e o liberalismo. Seu foco, porém, é a Grã-Bretanha. Esta estava, a cada dia, mais forte economicamente, uma vez que o acúmulo de capital que as ilhas britânicas e a industrialização permitiram colocavam-na em posição de hegemonia na Europa, financiando empréstimos a diversos países. O mesmo pretendia fazer na América, chegando a favorecer a formação dos novos países, desde que "fracos e dependentes comercial e financeiramente de Londres" (p.41), numa estratégia de garantir novos e promissores mercados, além de matéria-prima, situação ideal para sua industrialização crescente. Assim, a Grã-Bretanha foi colocando em prática uma política cujos objetivos principais eram: o equilíbrio no continente europeu – visando à manutenção de sua supremacia – e o fim do sistema colonial – criando novos mercados consumidores. Este posicionamento gerou uma série de conflitos dentro da Santa Aliança, principalmente quanto à questão da intervenção desta em assuntos internos dos Estados. Por fim, o autor faz

uma breve comparação entre os cenários brasileiro e de alguns países hispano-americanos, voltando à questão da Grã-Bretanha, e encerra o capítulo apontando para o "desejo de seguir um plano para a organização do Estado e também da nação" que poderia ser deduzido dos escritos e atos de governo de José Bonifácio (p. 63).

O capítulo que trata d'"O início da gestão de José Bonifácio" mostra o papel central do ministro na organização e estruturação do país no processo de sua independência desde seus precedentes – como, por exemplo, a reação paulista de criar uma aliança com Minas Gerais em torno do Rio de Janeiro, diante da posição das Cortes Portuguesas. O autor aponta para as medidas políticas e administrativas de Bonifácio que visavam consolidar o novo Estado e implementar as reformas que o tornariam possível dentro de seu projeto, o qual incluía um Estado forte e autônomo sob uma monarquia constitucional liderada pelo Príncipe regente, a seu ver, a única saída para escapar do enfraquecimento e da fragmentação territorial. Aqui, dos Anjos principia a defesa de sua tese, mostrando que, já no primeiro semestre de 1822, Bonifácio dava os primeiros passos para o estabelecimento de uma política externa do Brasil independente, ao defender "uma confederação de todos os Estados livres da América, para contrabalançar a confederação européia" (p.83, excerto da carta do Almirante Roussin a Paris) em discurso proferido numa reunião de diplomatas e militares. Nesse contexto, o autor destaca algumas de suas realizações, entre elas o Manifesto de 06 de agosto, no qual, além de elencar os motivos e argumentos para a separação de Portugal, ainda resume as instruções de sua política externa aos negociadores brasileiros no exterior e apresenta a nomeação de representantes a Buenos Aires, Londres, Paris e Estados Alemães, configurando uma ruptura com a diplomacia portuguesa.

As relações brasileiras com alguns governos importantes à época são descritas detalhadamente em capítulos específicos. É o caso de Buenos Aires, Grã-Bretanha, França, Áustria e Estados Alemães, e Estados Unidos. Apesar de cada uma das missões enviadas a estes Estados ter suas peculiaridades, dois pontos foram comuns a elas, embora com pesos distintos: primeiro, a presença, entre as instruções dos representantes do governo brasileiro, da orientação de conquistar o apoio e o reconhecimento dos governos à Independência do Brasil; segundo, as dificuldades trazidas pela aclamação de D. Pedro como Imperador. Este último fator gerou especial conflito nas conversações durante o Congresso de Verona (novembro de 1822), o qual contou com a presença do representante brasileiro a Paris, Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, a quem foi cobrada a mudança de atitude do governo brasileiro no curto espaço de tempo entre o 06 de agosto e o 12 de outubro. O principal empecilho ao reconhecimento da separação brasileira pela Santa Aliança foi a falta de legitimidade atribuída à coroação do príncipe regente, uma vez que este subira ao trono não como herdeiro, mas por "aclamação dos povos". Teles da Silva, "enviado extraordinário" à Áustria sob disfarce de uma missão de caráter familiar e pessoal, também teve que dar explicações a esse respeito a Metternich, cujas preocupações iam além, englobando a instalação da Constituinte. Tal situação também não agradou aos ingleses, os quais, suspenderam as negociações do reconhecimento, após colocarem-se à disposição de Portugal para mediar o conflito. Os prejuízos dessa situação chegaram a atingir as negociações sobre os Tratados de 1810, os quais ainda eram

cumpridos no Brasil, tendo em vista a importância das relações com a Grã-Bretanha.

Todavia, a aclamação de D. Pedro pouco atingiu as relações brasileiras com Buenos Aires e Estados Unidos, que se concentraram nas tentativas de José Bonifácio de estabelecer uma confederação americana (ou sul-americana) que defendesse a integridade dos Estados americanos frente a possíveis tentativas européias de recolonização. Coube ao próprio ministro as iniciativas de aproximação com os estado-unidenses a esse respeito através do contato com seu cônsul interino no Rio, Peter Sartoris. Para além disso, pode-se dizer que ambos os governos foram os primeiros a reconhecer o Estado independente do Brasil, considerando que Buenos Aires decretou o reconhecimento da bandeira e do escudo de armas do novo país ainda em novembro de 1822.

Até esse ano, como dos Anjos mostra no capítulo *A unidade do território e o final da gestão de José Bonifácio*, os interesses de D. Pedro e do ministro caminhavam lado a lado. A partir de 1823, as divergências começariam a dominar a relação entre ambos: enquanto o imperador preocupava-se em preservar os domínios de sua dinastia na América, visando a união das duas coroas sobre a sua cabeça, o Bonifácio buscava executar seu projeto de Estado e de Nação que pressupunha a soberania e a integridade territorial, através da estabilidade, da continuidade e da monarquia constitucional. Para cumprir seus objetivos, o ministro investiu duro na Guerra de Independência, organizando as Forças Armadas e tomando medidas firmes contra os portugueses – como o seqüestro de bens e a autorização de corsários. No comércio exterior, buscou diversificar a pauta de produtos brasileiros e preocupava-se com medidas que combinassem preservação ambiental e exploração econômica. Sua gestão ganhou inimigos principalmente entre os portugueses, os proprietários de terras e os negociantes de escravos, mas não ficaram de fora as elites locais e os funcionários públicos. Diante de tal quadro e com o intuito de seguir seus objetivos, D. Pedro não hesitou em demiti-lo e, posteriormente, dissolver a Constituinte – na qual os Andrada eram grande destaque –, enviando antigos colaboradores ao exílio – entre eles, os três irmãos.

Em suas "Considerações finais", dos Anjos faz um balanço da política externa de José Bonifácio, colocando-a como gestora da política brasileira atual. Para ele, as ações empreendidas pelo ministro antecipavam as preocupações que se têm nos dias atuais, como a unidade territorial. A influência da diplomacia criada por ele teria sido tão grande que atingiria não só seus sucessores, mas também a maneira como hoje ela ainda se organiza no Brasil – o tripé Secretaria de Estado, missões diplomáticas e repartições consulares. Bonifácio teria sido, assim, o responsável pela preparação do Brasil para assumir sua condição de Estado soberano, pela autonomia operacional da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e pela elaboração da primeira política externa do Brasil independente, a qual tinha como base a preservação da capacidade de ação do país, evitando acordos lesivos à sua soberania e aos cofres públicos. Aliás, em muitos momentos do texto, fica clara a preocupação do ministro em minimizar os gastos com as missões diplomáticas e outras medidas de economia de fundos, o que gerou muitas reclamações de seus enviados.

Ao fim, o trabalho de João Alfredo dos Anjos demonstra ser um estudo detalhado e bastante descritivo das missões diplomáticas aos

países citados coordenadas por José Bonifácio durante os meses em que esteve no governo, apontando também para as medidas de política externa geral e comércio exterior tomadas pelo ministro. Fica clara, ao longo da leitura, a importância que isso tinha para a execução de seu projeto de Estado e de Nação e no decorrer do processo da independência brasileira. Vale mencionar ainda que a obra traz dois documentos integralmente transcritos – a saber: “Decreto de separação das Secretarias dos Negócios Estrangeiros e dos Negócios de Guerra”, de 2 de maio de 1822, e a “Relação dos primeiros agraciados pela Ordem do Cruzeiro, por ocasião da Coroação do Imperador D. Pedro I, em 1º de dezembro de 1822” – além de uma seção iconográfica com retratos dos principais personagens citados ao longo do texto, as armas do Império e outros.

Recebido para publicação em julho de 2009
Aprovado em setembro de 2009